



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 19 de junho de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Faturamento de postos de trabalho em queda no PIM OPINIÃO	1
JORNAL DO COMMERCIO Comercio-Exterior ECONOMIA	2
JORNAL DO COMMERCIO Negócios ECONOMIA	3
JORNAL DO COMMERCIO Oceanos e proteção ambiental são prioridades ECONOMIA	4
JORNAL DO COMMERCIO Cidades terão metas para cortar poluição ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO Desmatamento cai e cresce preservação ECONOMIA	6
JORNAL DO COMMERCIO ONU cria outra forma de medir riqueza; Brasil fica em 5ª posição ECONOMIA	7
A CRITICA Galinha dos ovos de ouro em apuros ECONOMIA	8
A CRITICA Greve e seus embaraços ECONOMIA	9
A CRITICA Greve e seus embaraços (continuação) ECONOMIA	10
A CRITICA Greve e seus embaraços (continuação) ECONOMIA	11
AMAZONAS EM TEMPO Tempo de desembarço pode chegar a oito dias ECONOMIA	12
AMAZONAS EM TEMPO Economia mundial domina G20 ECONOMIA	13
DIÁRIO DO AMAZONAS Desembarço mais lento com greve de auditores ECONOMIA	14
DIÁRIO DO AMAZONAS Greve compromete encomendas para os Pais ECONOMIA	15

Faturamento de postos de trabalho em queda no PIM

EUSTÁQUIO LIBÓRIO

Os indicadores do Polo Industrial de Manaus (PIM) divulgados no dia 14 de junho e relativos ao primeiro quadrimestre deste ano apresentam um panorama de faturamento em queda e as demissões efetivadas em alguns setores da atividade industrial começam a aparecer.

Nos quatro meses de 2012, a indústria do PIM faturou US\$ 11,97 bilhões, a indicar queda de 6,04%

ante o montante realizado nos quatro meses de 2011, quando o faturamento somou US\$ 12,74 bilhões. É de se levar em consideração, além de outros fatores, o câmbio, uma vez que a depreciação do dólar neste ano, até o mês de abril era de quase 17%. De abril até essa segunda-feira, 18, o câmbio já acumula mais 11% de depreciação sobre o real.

Quanto à mão de obra,

a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) reconhece que o contingente de 116.933 pessoas ocupadas na indústria incentivada, média mensal entre janeiro a abril, quando comparado a março, teve queda de 0,8%, com perda de 951 postos, considerando que em março a média era de 117.884 postos ocupados.

No entanto, cabe registrar a tendência de expansão nos principais custos das organizações industriais que operam em Manaus e que já se aproxima dos níveis atingidos

em 2008, quando a relação entre os principais custos de produção, US\$ 18,56 bilhões, e o faturamento de US\$ 30,10 bilhões representava 61,65% deste último.

De acordo com os números apurados pela Suframa em relação a abril, os principais custos de produção acumulados neste ano atingiram US\$ 7,05 bilhões, enquanto o faturamento foi de US\$ 11,97 bilhões. Os custos representam 58,92% das vendas realizadas pelas empresas do PIM.

No que diz respeito à baixa

no faturamento do primeiro quadrimestre, um dos setores mais atingidos foi duas rodas, baixa de 5,52%, enquanto a produção caiu 7,72%. No caso dos condicionadores de ar split, a baixa na produção foi de 56,54%. Com isso, deixaram de ser fabricadas cerca de 437 mil unidades.

É possível que o segundo semestre consiga um de-

sempenho melhor, se for considerado que as medidas tomadas pelo governo federal no início de junho, em favor de segmentos como o de motocicletas, forno microondas e condicionadores de ar split, deem os resultados esperados a partir da cobrança de alíquotas maiores do IPI para similares importados destes produtos.

EUSTÁQUIO LIBÓRIO é jornalista e editor chefe da Revista PIM. E-mail: liborio.eus@uol.com.br

Comercio-Exterior

Exportações superam importações na terceira semana do mês de junho

A exportações superaram as importações na terceira semana de junho e o resultado da balança comercial ficou positivo em US\$ 389 milhões. As informações foram divulgadas ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O superávit comercial do período é resultante das exportações de US\$ 5,04 bilhões

e importações de US\$ 4,66 bilhões. O período corresponde aos dias de 11 a 15 de junho.

No acumulado do ano, o saldo comercial é positivo em US\$ 6,33 bilhões, resultado 43,2% menor do que no mesmo período de 2011 (US\$ 11,14 bilhões). As exportações somam US\$ 107,92 bilhões, as importações, US\$ 101,59 bilhões.

A balança comercial é o resultado do comércio entre os países, a relação entre as exportações e importações. Se o resultado é positivo, é registrado superávit e significa que o país vendeu mais produtos ou serviços do que comprou. No caso de resultado negativo (quando as importações são maiores do que as exportações) é registrado déficit.

Negócios

Feira de transporte e logística quer atrair mais de 6 mil e discutir setor

Manaus deverá fechar o ano com um total de 3,17 milhões de toneladas de cargas transportadas

Fortalecer, integrar e gerar novos negócios em um setor que, somente nos cinco primeiros meses de 2012, já movimentou mais 1,2 milhão de toneladas apenas em cargas que chegaram ou saíram de Manaus via sistema rodofluvial e, ao mesmo tempo, debater e encontrar soluções para os principais problemas do transporte e logística na região Norte, como falta de estradas e sinalização fluvial adequada.

Estas são algumas das principais metas da 1ª Transpo Amazônia – Feira e Congresso Internacional de Transporte e Logística – evento promovido pela Fetramaz (Federação das Empresas de Logística,

Transporte e Agenciamento de Cargas da Amazônia), que já investiu R\$ 1 milhão apenas na montagem da estrutura para atrair cerca de 6,8 mil visitantes, especialistas e empresários do Brasil e de outros 17 países das Américas do Sul, Central e do Norte para o Centro de Convenções do Studio 5, nos dias 26 a 28 de junho, em acontecimento que contará com stands de 40 dos principais no setor na região e no País.

Na avaliação do presidente da Fetramaz, Irani Bertolini, o ano de 2012 deverá fechar com um total de 3,17 milhões de toneladas de cargas transportadas apenas em Manaus (via rodofluvial), com crescimento de 6% ao ano em toda a região, de acordo



1ª Transpo Amazônia será realizada de 26 a 28 de junho no Centro de Convenções do Studio 5

com as diretrizes políticas traçadas e fatores como o crescimento populacional, economia e melhoria da infraestrutura e segurança, entre outros.

“Estes números poderiam ser muito melhores se fossem revistas as pesadíssimas cargas tributárias, a ausência de políticas públicas de incentivo à atividade, a precária conservação da

malha rodoviária, a ausência de dragagem das calhas das vias fluviais e balizamento das hidrovias entre tantos outros fatores”, cita Bertolini ao lembrar que, recentemente, o Governo anunciou o aumento de 28% nos preços do óleo diesel marítimo (combustível que impulsiona empurradores, navios e congêneres) a partir do próximo mês.

“Em nenhum momento foi pensado nos impactos ao setor, nos reflexos para toda a economia e toda a cadeia produtiva, principalmente para o consumidor final, e sequer foi discutido se o mercado está preparado para tal majoração”, acrescenta o empresário.

Programação
Também fazem parte da

programação da 1ª Transpo Amazônia, as palestras do presidente do Instituto de Logística e Supply Chain - ILOS e professor titular da UFRJ, Paulo Fleury, do diretor e consultor da MB Consultoria na área de Logística, Processos, Gestão de Pessoas e Governança Corporativa, Marx Correa Gabriel, do doutor e consultor em Comunicação, Dado Schneider e do colunista das revistas Você S.A. e Vida Simples da Editora Abril, do portal UOL e comentarista da Rádio Eldorado, Eugênio Mussak, entre outros palestras e mesas redondas.

Ainda durante a Transpo Amazônia, a Câmara Interamericana de Transportes (CIT) promove uma Assembleia Geral com a participação dos países integrantes: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

A feira coordenada e realizada pela Fetramaz tem ainda apoio de diversos órgãos como Suframa, Confederação Nacional de Transportes, governo do Amazonas, CDLM (Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus), Cieam (Centro das Indústrias do Amazonas) e Feiam (Federação das Indústrias do Amazonas).

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas no site www.fetramaz.com.br/hotsite. No endereço também é possível conferir os horários de toda a programação do evento e ainda conhecer mais sobre os expositores e palestras.

Oceanos e proteção ambiental são prioridades

Documento final da Rio+20 deve destacar como prioridade oceanos e programa de proteção ambiental

O comando do Brasil nas negociações para a conclusão do documento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, vai concentrar as atenções no fortalecimento do Pnuma (Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente) e na proteção dos oceanos. Resaltando esses dois aspectos, os negociadores confiam que o documento final será mais bem recebido pela sociedade civil, que reagiu com críticas ao texto preliminar.

Nos bastidores do RioCentro porém, onde ocorrem as reuniões, as divergências persistem. A falta de consenso sobre a criação de um organismo autônomo de meio ambiente levou os negociadores à opção pelo Pnuma. A resistência vem dos representantes dos países desenvolvidos em se comprometer com a alocação de mais recursos

e a falta de convergência sobre a estrutura da futura instituição.

Para driblar a ausência de consenso, os negociadores optaram domingo (17) por uma solução menos incisiva, que é incluir o assunto no capítulo sobre governança global e descrever o tema de forma geral, esclarecendo suas atribuições e meios de executar as ações que lhe serão submetidas.

O secretário executivo da Rio+20, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, disse que o debate sobre o Pnuma foi o que mais avançou nas negociações desde a noite de sábado (16), quando o governo brasileiro concluiu a primeira versão preliminar do texto da Rio+20.

Na tentativa de amenizar o texto, apontado como pouco ambicioso, segundo ambientalistas, Figueiredo Machado disse que o formato permitirá avanços e detalhamentos



Ainda há divergências na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

futuros.

"Se não está fechado, o texto está praticamente concluído. (O documento) fala sobre como queremos fortalecer coletivamente o Pnuma e há descrição das funções e meios de implementar. Com isso, estamos coletivamente dando um sinal claro de que o programa não sairá da conferência como entrou", disse o diplomata.

O item relativo aos oceanos também ganhará destaque no documento final. Mesmo com os Estados Unidos se opondo a quaisquer medidas de regulação em águas internacionais, alegando questões de segurança interna, os negociadores brasileiros estão confiantes nos avanços dos acordos. Porém, os norte-americanos temem que eventuais medidas de regulação venham provocar reações estrangeiras a seus submarinos dispostos em regiões estratégicas de alto-mar.

Cidades terão metas para cortar poluição

A rede de prefeitos de grandes cidades (C-40) negocia o estabelecimento de metas de redução de emissão de poluentes. O objetivo é apresentar compromissos em contraposição à indefinição dos chefes de Estado na Rio+20.

O documento, a ser apresentado nesta terça-feira (19) pelos prefeitos de Nova York, Michael Bloomberg, e do Rio, Eduardo Paes (PMDB), terá também prestação de contas de iniciativas já em andamento e de seus impactos na redução. Já há mais de 4.000 experiências listadas, mas as metas estão em discussão.

A definição exige adaptação do C-40, orientado inicialmente para dilemas de cidades em países desenvolvidos, o que o leva a priorizar questões como a eficiência energética de edifícios e a otimização nos transportes.

Criada em 2005 pelo então prefeito de Londres, Ken Livingstone, o C-40 reúne 58 megalópoles, que concentram mais de 300 milhões de pessoas. Entre elas estão Rio, Pequim e Johannesburgo.

Com a inclusão de cidades de países em desenvolvimento, saneamento básico e replantio de florestas urbanas entraram na agenda da rede.



Foto: Divulgação

Eduardo Paes defende envolvimento de prefeitos e sociedade

Beira-mar

Motivos não faltam para que as cidades se mexam. Estima-se que as metrópoles sejam responsáveis por mais de dois terços das emissões.

Conforme o C-40, as grandes cidades respondem por 75% do gasto de energia do mundo. E 90% delas estão à beira-mar, vulneráveis à elevação do nível dos oceanos.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente e vice-prefeito do Rio, Carlos Alberto Muniz, a cidade vai propor que o documento inclua uma meta única de redução dos gases de efeito estufa.

Essa meta é de 12% com relação aos índices de 2005, a ser atingida até 2016 — algo que nem sequer faz parte das discussões da Rio+20.

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, diz que o objetivo não é rivalizar com a conferência: "Não há disputa de tomada de decisão. Não adianta só os chefes de Estado decidirem, e os prefeitos, a iniciativa privada e a sociedade, não."

Mudanças climáticas

De acordo com Sérgio Besserman, que comanda a Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável do Rio, o acordo vai prever também medidas de adaptação às mudanças climáticas.

"Como a discussão se concentrou no Hemisfério Norte, temas das cidades dos emergentes ficaram em segundo plano", disse Besserman.

Na opinião da socióloga indiana Payal Banerjee, da Universidade de Smith-Massachusetts, pesquisas nessas áreas não são preocupações dos centros urbanos dos desenvolvidos, e falta analisar o impacto das mudanças climáticas na vida dos mais pobres. "Há um tratamento tecnicista, que enfatiza a ciência ecológica e ambiental. É muito importante. Mas assuntos que interessam às pessoas mais pobres não ganham atenção, como o saneamento."

Desmatamento cai e cresce preservação

O Brasil viu nos anos recentes o desmatamento da Amazônia Legal cair após bater no pico em 2004 e, não por coincidência, também tiveram redução no período o número de queimadas. Paralelamente, cresceram as áreas de preservação ambiental, sobretudo as de manejo sustentável.

O retrato surge da pesquisa Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, divulgada hoje pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os dados mostram que o número de unidades de conservação passou de 157 para 750 entre 1992 e 2011 -no ano passado, elas chegaram a uma área de 750 mil km², ao todo. Após o pico de 2004 (27 mil km²), o desflorestamento da Amazônia, por seu turno, caiu progressivamente até ficar em 6.000 km² no ano passado.

Para Denise Kromenberger, técnica do IBGE, esses indicadores têm de ser olhados de modo conjugado e um é reflexo direto do outro, além da política do governo de maior fiscalização e controle de crimes ambientais. Pelos dados do IBGE, o bioma mais desmatado é o da Mata Atlântica (88% da cobertura original). Os mais

preservados são Amazônia (20%) e Pantanal (15%).

Segundo o IBGE, o uso do solo com fins econômicos também avançou pouco, apesar do grande ganho de produtividade das lavouras e da pecuária nos últimos anos.

O percentual de terras destinadas à utilização agropastoril subiu de 23% para 27% entre 1970 e 2006.

Apesar da ressalva de usarem metodologias diferentes em cada uma das áreas, o IBGE divulgou o ranking das regiões metropolitanas que concentram o maior volume de monóxido de carbono.

No topo, figurou a de Belo Horizonte, seguida por Rio de Janeiro e São Paulo. A seguir, vieram Salvador, Vitória, Curitiba e Porto Alegre, nessa ordem. "Não é possível fazer uma comparação direta entre as regiões. É apenas um indicativo", diz Denise Kromenberger, técnica do IBGE. De acordo com ela, as emissões de gases poluentes caíram em todas as regiões desde 1994, mas ainda estão acima dos limites estabelecidos pelo Ibama. Veja no infográfico abaixo impacto dos desastres naturais no mundo inteiro nos últimos 20 anos.



ONU cria outra forma de medir riqueza; Brasil fica em 5ª posição

A ONU lançou no domingo (17) na Rio+20 uma nova forma para avaliar o desempenho econômico dos países. A diferença para os índices existentes, como PIB (Produto Interno Bruto) e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é que nesse os recursos naturais entram na conta.

A métrica, batizada de IRI (Índice de Riqueza Inclusiva), inclui, no cálculo do crescimento econômico dos países, recursos como áreas agrícolas, florestas, combustíveis fósseis e reservas

minerais. O objetivo, dizem os criadores da fórmula, é analisar o desempenho da economia e abater da conta a quantidade de patrimônio natural que os países perdem, à medida que o PIB cresce. "Há países que tiveram um crescimento recente do PIB explorando seus recursos naturais. Mas essas fontes são esgotáveis", explica Anantha Duraiappah, diretor executivo do Programa Internacional de Dimensões Humanas da Universidade das Nações Unidas, que criou o índice.

A equipe da ONU analisou, no período de 1990 a 2008, o desempenho do IRI em 20 países dos cinco continentes - incluindo o Brasil. Esses países somam 56% da população e 72% do PIB mundial.

Posição brasileira

O Brasil está em 5º lugar na média de crescimento do IRI per capita no período avaliado (com crescimento de 0,9%), empatado com Japão, Reino Unido e Índia. Trocando em miúdos: o Brasil obteve o 5º

melhor crescimento econômico com sustentabilidade no período. Mas isso não é exatamente uma boa notícia. De acordo com a ONU, o Brasil perdeu 25% dos seus recursos naturais de 1990 a 2008. Isso significa que o IRI do Brasil pode cair no futuro. Dos 20 países, 14 estão crescendo no IRI, ou seja, estão conseguindo progredir ao mesmo tempo em que preservam suas riquezas naturais. O melhor índice foi o da China, com 2,1% de crescimento no período. Já a Nigéria é o país com pior desempenho.

Galinha dos ovos de ouro em apuros

- Quando da implantação da Zona Franca de Manaus, foi celebrado pacto tripartite entre o Governo Federal, o Governo do Amazonas e a Prefeitura de Manaus, em que cada participante oferecia sua parcela de contribuição ao elenco de incentivos fiscais oferecidos aos projetos que se instalassem na ZFM. Esses incentivos na verdade são compensações para minimizar as barreiras existentes, representadas pelas dificuldades geográficas de localização e a complicada logística que existia e continua existindo. Mas, algumas ações levadas a efeito por esses três poderes faz crer que essas dificuldades todas foram

sanadas. Ledo engano, elas continuam e até foram agravadas por falta de investimento em infraestrutura. O Governo Federal realizou várias modificações na legislação, trazendo inclusive a insegurança jurídica e cerceando oportunidades de investimentos em novos produtos. Foram tantos mecanismos utilizados para tirar a vantagem comparativa dos produtos do PIM que seria até enfadonho aqui relacioná-los, mesmo porque são de conhecimento público e continuam a ser vastamente utilizados pelo lobby forte do sudeste do país. Por parte do Governo do Estado, medidas

planejadas e leis formuladas que modificam radicalmente os procedimentos das atividades econômicas do Estado, sem qualquer participação do setor privado para opinar, oferecer sugestões ou discutir medidas necessárias para superar dificuldades. A Prefeitura por sua vez, além de ter se eximido da sua contribuição ao pacto acima referido, ainda procede de forma unilateral, elaborando leis e as enviando a Câmara Municipal, sem levar em consideração nenhum pleito das classes empresariais. A crise internacional, que abala a Europa e cria dificuldades para a recuperação econômica



dos Estados Unidos, atinge também o Brasil, provocando queda da produção industrial que, conseqüentemente, gera vários outros problemas e atinge não apenas os governos que arrecadam impostos, mas a todos e, principalmente, aos setores produtivos. Portanto, o momento não é de apertar a corda para o lado do setor privado que gera a maioria dos empregos, não é oportuno cortar benefícios impactando negativamente as empresas, a geração de emprego e a renda. Muita gente acha que os incentivos econômicos da ZFM servem apenas para beneficiar empresas. É uma visão imperfeita do assunto. Por isso

medidas descabidas são adotadas e emitidas a todo o momento, não considerando todos os custos da manufatura, quando do tratamento tributário da produção do Polo Industrial de Manaus. Nós temos empresas que produzem os mais variados tipos de bens consumidos no mercado nacional e internacional, com alto nível de tecnologia, design moderno e de excelente qualidade, cumprindo religiosamente todos os Processos Produtivos Básicos estabelecidos pelo MCT e MDIC, por isso precisam ter competitividade para continuarem prósperas. Por favor, não vamos matar a galinha dos ovos de ouro.

Greve e seus embaraços

RENATA MAGNENTI

renatamagnenti@acritica.com.br

Os auditores fiscais da Receita Federal entraram ontem em greve por tempo indeterminado. Mercadorias que eram liberadas em dois dias, agora levarão oito. Os serviços de crédito e aplicação de multa serão suspensos. A paralisação impactará diretamente nas atividades desenvolvidas no Polo Industrial de Manaus (PIM), no comércio e ainda na arrecadação do Estado. "A Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) não pode fazer nada. A única coisa que nos cabe é rezar", disse o secretário do Fisco no Amazonas, Isper Abraham (ver *blog*).

A onda de movimento grevista entre os servidores federais ganha um volume cada dia maior. Os funcionários dos Correios avaliam a possibilidade de cruzar os braços, coisa que os professores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) já fazem há um mês.

Além deles, os auditores fiscais do Trabalho estão em estado de mobilização e suspenderão as atividades a partir de hoje até que o Governo Federal aceite negociar. Nos Correios, representantes da categoria devem homologar até o próximo sába-



Auditores cobram reposição de 30% referente à inflação acumulada desde 2008, adicional de 20% e porte de arma

do novas propostas para que iniciem movimento de pleito.

ADUANEIRA

O presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal no Amazonas (Sindifisco-AM), Eduardo Toledo, explicou que dois setores serão diretamente afetados devido a greve dos 180

auditores. Na área aduaneira será realizada a "operação padrão". Mercadorias que levariam dois dias para ser liberadas, agora levarão oito e na área de tributos internos os créditos fiscais das empresas não serão contabilizados, assim como multas. A arrecadação federal sentirá os efeitos.

Os auditores reivindicam

porte de arma, a criação do adicional de fronteira de 20% e ainda a reposição da inflação desde 2008, o que corresponde a um aumento real de 30%. No Amazonas, pleiteiam ainda melhores condições de trabalho, alegando que são precárias as instalações dos prédios da RF.

Já os auditores fiscais do Traba-



Nelson Azevedo, dirigente da Fieam



Ralph Assayag, presidente da CDLM

lho iniciam hoje o estado de mobilização e irão paralisar as atividades todas as terças e quartas-feiras. Segundo a Associação Amazonense dos Auditores Fiscais do Trabalho do Amazonas (Aafitam), serão prejudicados o atendimento ao público, a homologação de rescisão de contrato de trabalho e as fiscalizações internas e externas.

Greve e seus embaraços (continuação)

Blog

“ Isper Abraham

SECRETARIO DA SEFAZ

”



“Estou surpreso, não sabia da greve. A única coisa que nos cabe é rezar. Todos os produtos importados deverão demorar ainda mais para ser liberados. Isso vai impactar diretamente na arrecadação. Pois se a indústria não tem acesso a insumos, não produz e não recolhe impostos. De imediato, não tem como calcular o impacto disso. O que podemos fazer é apelo junto à Receita, mas isso não garante liberação de insumos. Sei que ambos os fiscos (Receita e Sefaz) trabalham para liberar os insumos o quanto antes, mas sem greve os empresários se queixam da demora. Imagine agora”.

Greve e seus embaraços (continuação)

Prejuízo ao dia: US\$ 16 mi

Quantia baseada na hipótese de que 10% das empresas do PIM venham a paralisar suas atividades

O presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, afirma que todo investimento industrial envolve importação de insumo. "A greve pode cau-

sar paralisação em linhas de produção que não terão como trabalhar", disse.

Segundo Périco, todos os setores deverão ser afetados. A distinção do impacto vai depen-

der dos insumos que as indústrias têm em estoque, e do modal que utilizam, se aéreo ou marítimo. "O certo é que haverá impacto na indústria e na arrecadação do Estado. De acordo

com dados de 2011, da Suframa, o PIM fatura por dia US\$ 160 milhões. Se apenas 10% das delas forem impactadas, a perda diária será de US\$ 16 milhões", detalhou.

"Vamos observar o andamento da greve dos auditores, pois acho que levarão muito mais que oito dias para liberar produtos. Recentemente, levaram dez para liberar uma máquina que adquiri", disse o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Nelson Azevedo. Ele acrescentou, ainda, que com a crise no setor de duas rodas e linha branca, o impacto da greve pode contribuir para novas demissões no PIM.

O presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), Ralph Assayag, explica que a dilatação no prazo de liberação de insumos e produtos trará prejuízos a toda classe produtiva de Manaus e a sociedade. "Se uma mercadoria perdurar por mais de 15 dias nos portos, teremos que pagar a diária referente ao volume dela. Isso vai encarecer o produto e será, com certeza, repassado aos consumidores finais", disse.

Tempo de desembaraço pode chegar a oito dias

LUANA GOMES
Especial EM TEMPO

O setor produtivo local terá ainda mais "dor de cabeça" na hora de retirar as mercadorias de áreas alfandegadas. Isso porque, devido à deflagração da greve dos auditores fiscais, o prazo para desembaraço de produtos deve saltar de dois para oito dias, quando as Declarações de Importação (DIs) passarem pelo "canal vermelho".

De acordo com o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal no Amazonas (Sindfisco Nacional-AM), Eduardo Toledo, neste primeiro momento, os servidores devem trabalhar apenas com a "operação-padrão", que define uma legislação mais rigorosa e aumenta o tempo de despacho.

Pelo "canal amarelo", que necessita de verificação documental, a liberação deve acontecer em torno de quatro dias, quando o normal costuma ser de apenas um. O desembaraço dos itens em "canal verde" continuará de forma automática.

Toledo explicou que a categoria ainda não deve paralisar totalmente as atividades, a fim de evitar que o governo aplique medidas para retirar o cargo dos servidores, situação que ocorreu na última deflagração da greve, em 2008.

Segundo o inspetor res-

ponsável pela alfândega do aeroporto, Renato Castro, no universo de 300 DIs que chegaram ao órgão, em torno de 15 foram destinadas ao "canal vermelho". Castro explicou que as documentações irão passar pelo processo de análise, e somente após o período normal de liberação, é possível informar se houve consequência da mobilização.

AUMENTO

Os servidores pedem reajuste de 30,19% nos salários. A categoria já havia feito uma primeira mobilização de advertência, nos dias 9 e 30 de maio e outra nos dias 12 e 13 da semana passada

Reajuste

Acampanha salarial dos auditores fiscais se baseia no fato de que, desde de 2008, o governo não sinalizou reposição para a categoria. A reivindicação é de reajuste de 30,19% no vencimento final. "Vamos começar com uma greve no ambiente de trabalho para não corrermos o risco de perdemos nossos postos", apontou Eduardo Toledo.

Nos dias 26 e 27, pelo menos 500 auditores fiscais se reunem em plenária, em Guarulhos (SP), para debater as novas estratégias do movimento.



RICARDO OLIVEIRA

"Operação-padrão" da Receita Federal pode refletir em prejuízo diário de R\$ 150 milhões à indústria, segundo o Cieam

Prejuízo de R\$ 150 milhões

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, destacou que, por enquanto, embora o impacto seja grande, devido à "lentidão" do processo, os reflexos serão mais expressivos com a paralisação total. "O tempo de liberação das mercadorias fica bas-

stante lento, o que coloca as empresas em uma situação desagradável, contudo, o impacto maior deve ocorrer, caso eles paralisem a liberação por completo", considerou. A estimativa do Cieam é um prejuízo diário de aproximadamente R\$ 150 milhões para a Zona Franca de Manaus (ZFM).

Movimento na SRTE-AM

Fiscais do trabalho também paralisaram as atividades na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Amazonas (SRTE-AM), como forma de sensibilizar o governo federal a atender as reivindicações salariais dos servidores.

De acordo com a presidente da Associação dos

Auditores Fiscais do Trabalho no Amazonas (Aaftam), Francimary Michiles, os servidores deixaram de realizar as atividades internas, como os plantões fiscais, além de elaborar homologações e rescisões contratuais. As paralisações devem ser feitas em apenas dois dias da semana.

Economia mundial domina G20

A volta da economia mundial ao crescimento virou o tema dominante antes da abertura oficial da reunião do G20, o grupo que reúne os principais países emergentes e avançados, que ocorre no balneário de Los Cabos, no México. Com sinais mais claros de que a Grécia ficará na zona do euro e formará um governo disposto a manter os compromissos internacionais, o tom foi de otimismo.

O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, comemorou a vitória do partido pró-integração europeia, que permite que Atenas e Bruxelas trabalhem juntas para reerguer a economia grega. Em seguida, ele disse que o bloco vai dar passos para estimular o crescimento por meio de investimentos públicos, sem deixar de lado os ajustes fiscais necessários para reequilibrar as contas nacionais. "Os desenvolvimentos recentes demonstram que precisamos ir adiante e completar a nossa arquitetura financeira e econômica, dando passos para estimular o crescimento por meio de investimentos direcionados e perseguindo reformas estruturais", disse Durão Barroso.

"Mas os desafios não são apenas europeus, são globais. Todos os países do G20 têm a responsabilidade de remover os obstáculos para o crescimento e criação de emprego", declarou o dirigente da União Europeia, citando sinais preocupantes de protecionismo – desvalorizações artificiais da moeda e barreiras às importações que inibem o livre-comércio.

A linha foi quase a mesma adotada pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que se reuniu em caráter bilateral com o anfitrião, o presidente mexicano Felipe Calderón. Qualificando de "promissor" o resultado das eleições na Grécia, Obama disse que é hora de o mundo caminhar para a estabilidade econômica e a volta da confiança nos mercados.

Segundo o presidente norte-americano, o mundo está preocupado com o crescimento menor das economias. Ele pediu união dos países do G20 a fim de fazer o necessário para estabilizar o sistema financeiro mundial e evitar o protecionismo, bem como garantir que a economia cresça para criar postos de trabalho.



Barack Obama se reuniu com presidente Felipe Calderón

Crescimento X Austeridade

As declarações de certa forma representam um meio-termo no dilema crescimento versus austeridade, que tem dominado as discussões prévias ao G20. Enquanto todos concordam que os ajustes fiscais nos países avançados são importantes, a Alemanha é particularmente enfática na primazia deste objetivo como base para o crescimento. Mas, os relatos são de que Berlim tem cedido ao consenso geral mais inclinado a garantir o cres-

cimento. O presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, lembrou que a zona do euro vai registrar este ano uma "leve recessão". Os Estados Unidos, país de voz mais forte nesse tipo de discussão, também tem visto suas projeções de crescimento serem reduzidas. Em meio a uma campanha de reeleição, o governo Obama tem gerado cerca de 100 mil empregos por mês, menos que o necessário para reduzir o desemprego.

Desembarço mais lento com greve de auditores

Operação-padrão deflagrada pela categoria é por tempo indeterminado

TEXTO Henrique Stunier
FOTO Raimundo Valentim

MANAUS

A paralisação por tempo indeterminado dos auditores fiscais, iniciada ontem, pode elevar em até cinco dias a liberação de mercadorias que entram pelo porto e aeroporto no Estado. Atualmente, um contêiner que chega a Manaus via fluvial e leva entre dois e cinco dias para ser despachado, com a operação-padrão, poderá ficar represado por um período de até dez dias.

A informação é do vice-presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Manaus, Marcelo Peixoto. Ele confirmou a operação-padrão ontem, mas disse que somente no primeiro dia é difícil avaliar o impacto do movimento na liberação de mercadorias.

Somente o Terminal de Cargas Aéreas de Manaus (Teca) movimenta uma média de 12,7 mil toneladas de cargas, entre importação, exportação e carga nacional, por mês.

“Não conseguimos fazer a liberação e ficamos de mãos atadas. Somente no canal verde, onde caem cerca de 60% das mercadorias, conseguimos despachar sem problemas, mas o restante ficamos impedidos”, argumentou o vice-presidente da entidade.

O presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal no Amazonas (Sindifisco Nacional-AM), Eduardo Toledo, explicou que a paralisação da categoria tem duas frentes. A primeira é a operação-padrão aduaneira, que consiste em uma fiscalização mais rigorosa, o que acaba

postergando a liberação de mercadorias nos postos alfandegários de Manaus. A segunda frente é a crédito zero em que o auditor fiscal que emitir os autos de infração de fiscalização não lançará os tributos e multas devidos, o que poderá acarretar numa perda na arrecadação federal.

Hoje, cerca de 600 fiscalizações estão em andamento pelo órgão, segundo o presidente. Toledo ressaltou que na chegada de passageiros do exterior, no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, o trabalho de despacho vai continuar normal, com os atuais quatro auditores no setor de liberação de bagagem.

O delegado adjunto da Receita Federal, Alzimir Vasconcelos, afirmou que os trabalhos continuam normalmente no órgão, com o lançamento dos créditos e presença dos servidores. De acordo com o Sindifisco Nacional-AM, cerca de 180 auditores fiscais ativos no Estado estão envolvidos na paralisação.

Os auditores da Receita reivindicam melhores condições de trabalho, um maior número de auditores, porte automático de arma, adicional de fronteira e de zona inóspita e remuneração das perdas inflacionárias desde 2008. O aumento salarial reivindicado é de 30,19%.

OS NÚMEROS

US\$ 150 mi

Esse é o prejuízo diário estimado pelo Polo Industrial de Manaus com a operação-padrão dos auditores fiscais da Receita Federal.

Greve compromete encomendas para os Pais

Na avaliação do presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, o regime de operação-padrão já causa impactos por causa do atraso na liberação de insumos importados.

“Os impactos já devem ser sentidos essa semana nas mercadorias importadas no modal aéreo, onde os estoques das indústrias são menores”, salientou.

Périco confirmou também que todos os segmentos da indústria serão atingidos, além do comércio. Segundo o dirigente, o Estado do Amazonas será outro afetado em

sua arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) se as vendas dos dois setores citados forem afetadas. “Não há o que fazer, pois esse movimento é nacional e a grande maioria dos insumos importados não são encontrados no País”, lamentou.

O vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amazonas (Fecomércio-AM), Aderson Frota, declarou que debaterá com seus associados sobre a paralisação em uma reunião hoje e adiantou que o principal prejuízo do comércio será

no faturamento.

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Nelson Azevedo, disse que entrou em contato com empresários do setor, mas alegou que nenhum deles havia levantado os prejuízos. Segundo ele, a manifestação foi anunciada com antecedência, por isso, é possível que os empresários tenham se programado em seus estoques. Azevedo destacou que, neste momento, a indústria se prepara para receber os pedidos para o Dia dos Pais, tal qual para a produção de todo o segundo semestre.